

O SEGURO RURAL E O GERENCIAMENTO DO RISCO

Seguro (do latim "*securu*") é todo contrato pelo qual uma das partes, **segurador**, se obriga a indenizar a outra, **segurado**, em caso da ocorrência de determinado **sinistro**, em troca do recebimento de um **prêmio de seguro** (Wikipedia).

O seguro nasceu da necessidade do homem em controlar o risco. Caravanas de camelheiros que cruzavam o deserto na Babilônia, 23 séculos Antes de Cristo, mutualizavam entre si os prejuízos com morte de animais. Na China antiga e no Império Romano também haviam seguros rudimentares, através de associações que visavam ressarcir membros que tivessem algum tipo de prejuízo.

A atividade seguradora no Brasil teve início em 1808 na abertura dos portos ao comércio internacional por D. João VI.

A agropecuária é uma atividade de risco muito maior que as outras atividades econômicas. O seu sucesso econômico não depende apenas aplicação racional e eficiente de fatores de produção, como capital e trabalho, de uso correto de tecnologia e do comportamento do mercado. Depende também e muito das condições climáticas e suas imprevisíveis oscilações.

Os múltiplos riscos naturais que cercam as atividades agrícolas exigem medidas mitigadoras da volatilidade da renda do produtor rural. O seguro rural é, em todo o mundo, vital para o desenvolvimento mais equilibrado do agronegócio, que representou em 2008, 26,46 % do PIB do Brasil. O seguro rural é um mecanismo de política agrícola de proteção à atividade agropecuária, prevenindo e reduzindo os riscos.

A utilização do seguro rural no Brasil, comparado aos outros países agrícolas do mundo, é incipiente e tem grande potencial de crescimento. Os principais concorrentes do Brasil na produção agrícola mundial são os Estados Unidos os países da União Européia, que além de excelente infraestrutura logística, acesso facilitado à irrigação e tecnologia altamente desenvolvida ainda alocam grande volume de subsídios diretos junto ao produtor rural.

O seguro agrícola demorou. O Governo do Estado de São Paulo já oferecia, através do Instituto Agrônomo de Campinas, seguro contra granizo na lavoura algodoeira no final da década de 1930. O PROAGRO, que surgiu em 1973, conhecido por todos os agricultores, que financiavam as suas lavouras, garantia o pagamento do financiamento agrícola na ocorrência de sinistro e surgiu pela dificuldade das empresas privadas de seguro em trabalhar com agricultura. A COSESP, Companhia de Seguros do Estado de São Paulo, foi criada em 1969 e representou um grande avanço.

Hoje o Programa de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural do Governo Federal assume uma porcentagem do custo do prêmio do seguro que vai de 30 a 70%, dependendo da cultura. Essa subvenção econômica pode ser complementada pelos governos estaduais e municipais, como é feito pelo Governo do Estado de São Paulo. O sistema é ágil e eficiente. O benefício é concedido ao produtor

rural por intermédio das sociedades seguradoras habilitadas a operar no Programa, mediante a dedução do montante da subvenção econômica do valor do prêmio a ser pago pelo produtor.

Os números mostram o crescimento significativo do seguro rural. O capital segurado no Brasil subiu 166% de 2007 (R\$2,71 bilhões) para 2008 (R\$ 7,21 bilhões). O número de produtores cresceu 57% de 2007 para 2008, quando foram atendidos 43.642 produtores. A área segurada cresceu 109% de 2.276.245 ha em 2007 para 4.762.903 ha em 2008. A área agrícola com seguro em 2008 representou apenas 8% da área total de 61.049.022 hectares. Os 82% da área restante estão nas mãos de São Pedro. A subvenção governamental cresceu 158%, indo de R\$61 milhões em 2007 para R\$158 milhões em 2008.

O Estado de São Paulo tem 38 culturas seguradas, num valor total de R\$ 961,85 milhões. A cana participa com 29,64% do capital segurado, seguida pela soja com 15,16%, do milho com 10,54%, do tomate com 10,51%, da uva com 9,03%, do caqui com 6,31%, da floresta com 5,72%, da laranja com 2,62%. Houve um crescimento de 132% na área segurada que foi de 197.754 em 2007 para 458.683 ha em 2008. A cultura da cana respondeu por 36,68% da área segurada, a soja por 28,67%, o tomate por 14,51%, as florestas por 2,61%, o caqui por 2,47%, o milho por 2,41%, o milho safrinha por 1,9%, a uva por 0,81% e a laranja por 0,29%. As frutas e hortaliças seguradas já representaram em 2008, 28,47% do capital e 18,78% da área segurados no Estado de São Paulo e devem crescer muito em 2009.

Rejane Cecília Ramos – Pesquisadora Científica do Instituto de Economia Agrícola do Estado de São Paulo da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo